

Identidade coletiva de movimentos sociais em torno do Fórum Social das Américas e sua função mobilizadora para ação coletiva contra hegemônica

Resumo

Palavras-chave: identidade coletiva, Fórum Social das Américas, solidariedade, agente organizacional.

Utilizando-me do conceito de “corporate agency” adaptado para o estudo de movimentos sociais de luta contra hegemônica, baseado no exercício teórico realizado por mim no artigo “A formação de identidades entre movimentos sociais internacionais. Uma adaptação do modelo de 'corporate agency' proposto por Alexander Wendt” resumo aprovado para o II Seminário Nacional Sociologia & Política (UFPR), pretendo discutir a formação de elementos comuns para uma identidade coletiva capaz de aglutinar movimentos sociais internacionais para ação política contra hegemônica.

Através de um survey aplicado a representantes de organizações presentes no IV Fórum Social das Américas (FSA), em Assunção, Paraguai, pretendo verificar se seria possível situá-los dentro das quatro categorias identitárias propostas por Wendt (1999) que são: 1) Organizacional; 2) Tipo; 3) Papel e 4) Coletiva.

A interpretação destes dados testará a hipótese de que estes movimentos sociais possuem traços identitários comuns que lhes permitem, ao passo que defendem seus interesses objetivos, estabelece pontes para defesa de interesses subjetivos projetados para transformação política mundial, formando uma identidade coletiva fundamental para ação coletiva político contestatória.

Abstract

Keywords: collective identity, the Americas Social Forum, solidarity, corporate agency.

Using the concept of "corporate agency" adapted for the study of social movements in struggle against hegemony, based on theoretical exercise conducted by me in the article "The formation of identities between international social movements. An adaptation from the model of 'corporate agency' proposed by Alexander Wendt" summary approved for the Second National Seminar on Sociology & Politics (UFPR), intend to discuss the formation of common elements for a collective identity wich cans unite international social movements for political action against the hegemonic globalization.

Through a survey with leaders of organizations present at the Fourth Americas Social Forum (ASF), in Asuncion, Paraguay, I want to see if it would be possible to place them within the four

identity categories proposed by Wendt (1999) which are: 1) Organizational 2) Type 3) and Paper 4) Collective.

The interpretation of these data will test the hypothesis that these movements have common traits that allow them to identify them self, while defending their interests, establishing bridges to subjective intereseests to transform world politics, forming a collective identity necessary for collective contestatory political action.

Resumen

Palabras clave: identidad colectiva, Foro Social de las Américas, solidaridad, agente organizativo.

Me utilizando del concepto de "agente organizativo" adecuado para el estudio de los movimientos sociales para la lucha contra hegemonica, basado en el ejercicio teórico realizado por mí en el artículo "La formación de identidades entre los movimientos sociales internacionales. Una adaptación del modelo de 'corporate agency' propuesto por Alexander Wendt" resumen aprobado para el Segundo Seminario Nacional de Sociología y Política (UFPR), la intención de discutir la formación de elementos comunes de una identidad colectiva capaz de unir a los movimientos sociales internacionales para la acción política contra hegemonica.

A través de una encuesta con los representantes de las organizaciones presentes en el IV Foro Social de las Américas (FSM), en Asunción, Paraguay, quiero ver si sería posible colocarlos dentro de las cuatro categorías de identidad propuesto por Wendt (1999), que son: 1) Organizativa 2) Tipo 3) Papel 4) Colectiva.

La interpretación de estos datos, testará la hipótesis de que estos movimientos tienen rasgos comunes que les permitan una identificación, mientras la defensa de sus intereses objetivos. Sin embargo, el establecimiento de puentes para la promoción de sus intereses subjetivos para transformar la política mundial, así como la formación de una identidad colectiva fundamental para la acción política colectiva contestatarias.

Introdução

Desde que passei a integrar o programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, adotei o estudo acerca dos movimentos sociais como meu principal objetivo para conclusão de meu curso de mestrado. Mesmo tendo meu objetivo bem claro, por diversas vezes tive problemas em definir a abordagem que utilizaria e o que de fato eu esperava entender sobre esse fenômeno tão complexo. Mesmo tendo um histórico de militância junto aos movimentos sociais, ao sair do papel de sujeito para estar no papel de analista, não esperava que este exercício seria tão difícil. Até mesmo definir o que seriam os movimentos sociais se tornou um desafio neste trabalho. O que antes parecia tão claro, ao se transformar em palavras e categorias de análise, tornou-se um dos exercícios pessoais mais difíceis da minha vida.

Ainda bem que não sou só eu que tenho essa percepção. Outros autores também compartilham da mesma dificuldade. Maria da Glória Gohn constata que esse é um problema ainda não resolvido dentro das Ciências Sociais e Políticas. No texto de Alberto Melucci ela identifica que os movimentos sociais são “difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens de difícil comparação” (GOHN *apud* Melucci, 2007, p.243). O exercício para o seu entendimento e a formulação de categorias de análise que permita o seu entendimento e comparação com outros movimentos e fatos históricos, torna-se um importante campo de estudo para as Ciências Sociais e Políticas.

É significativo o destaque que a categoria “movimento social” ganha no contexto político-social mundial, sendo protagonista de ações com grandes repercussões, como o caso do assalto ao navio que levava mantimentos e remédios a Gaza, que era liderado por movimentos sociais internacionais ligados a defesa dos direitos humanos, ambientalistas dentre outros movimentos. Ao passo que as articulações e os impactos destes movimentos ganham dimensão internacional, este tema também passa a ter relevância para os estudos das relações internacionais. Num mundo em que a disputa pela redistribuição e democratização do acesso aos símbolos culturais se tornou tão importante quanto a redistribuição dos recursos materiais, a luta destes movimentos estabelecem novos paradigmas para o estudos acerca das ações coletivas.

Este trabalho utiliza-se de uma pesquisa de campo realizada durante o Fórum Social das Américas, em Assunção, Paraguai, entre os dias 11 e 15 de agosto de 2010. Na ocasião, representantes dos movimentos sociais responderam a um *survey*. Através da análise dos dados coletados, pretendo estabelecer uma discussão acerca dos possíveis elementos motivadores para a ação coletiva em torno de temas contestatórios para a construção de uma “outra América possível”¹.

1 Subtítulo utilizado pelo Fórum. Para saber mais sobre o FSA (<http://www.forosocialamericas.org>) disponível no dia 30/08/2010.

No decorrer do cumprimento dos meus créditos e a leitura para formar alguns trabalhos, principalmente o artigo ao qual faço referência nesse resumo, percebi que o tema das identidades para o estudo desses paradigmas é um elemento importante para o entendimento do fenômeno. Os estudos acerca das teorias dos movimentos sociais, desde os autores da corrente sobre a Mobilização de Recursos (MR), da Mobilização Política (MP) até os teóricos dos Novos Movimentos Sociais (NMS), dão importância para o tema das identidades. É claro que os teóricos dos Novos Movimentos Sociais darão maior importância analítica a esta categoria do que os teóricos da Mobilização de Recursos², por exemplo. Mas o interessante é que esta categoria está ganhando cada vez mais força como elemento explicativo do fenômeno da ação coletiva, em especial, os movimentos sociais.

Para analisar a formação identitária destes movimentos, procurarei entendê-los como agentes organizacionais (KONOPACKI, 2010) e verificarei se seria possível localizá-los dentro das quatro categorias identitárias estabelecidas por Wendt (1999): 1) Organizacional; 2) Tipo; 3) Papel e 4) Coletiva. Com esse exercício, tentarei identificar elementos comuns entre os atores que possam contribuir para o entendimento das movimentações comuns para ação política contestatória.

Na seção seguinte, discutirei um pouco sobre o método utilizado para coleta dos dados e algumas análises preliminares sobre as respostas encontradas, bem como uma breve descrição da experiência de realizar esse trabalho dentro do Fórum Social das Américas. Em seguida, justificarei a escolha da *solidariedade* como minha variável dependente para explicação dos resultados deste trabalho. A seção posterior buscará refletir sobre os tipos de solidariedade manifestados com maior e menor intensidade entre os entrevistados para esta pesquisa. Por fim, farei uma discussão sobre a *solidariedade* e a formação identitária dos agentes organizacionais que participaram deste trabalho.

A coleta de campo, o IV Fórum Social das Américas e os aspectos metodológicos deste trabalho

Para meu trabalho de campo, participei do IV Fórum Social das Américas que aconteceu em Assunção, Paraguai, entre os dias 11 e 15 de agosto de 2010. O Fórum reuniu mais de 10 mil pessoas e 550 organizações³, sobretudo do Conesul, para dez painéis centralizados e mais de 350 atividades autogestionadas⁴. Durante o evento, apliquei um *survey* direcionado aos representantes de organizações presentes no fórum e que possuíam algum local de fala no evento. A especificidade dos atores entrevistados foi estabelecida com base no argumento de que os atores que possuíam algum local de fala, seja na apresentação de uma atividade ou um painel, são atores mais relevantes

2 Um dos poucos teóricos que deram que deram destaque a esse tema na MR foi Anthony Oberschal. Ver GOHN (2007, p.63) e KONOPACKI (2010).

3 Disponível em <http://www.forosocialamericas.org/encuentro-con-lugo-le-imprime> acessado no dia 30/08/2010.

4 Disponível em <http://www.ritlea.net.br/noticias-e-artigos/america-latina-marcho-unida-en-iv-foro-social> acessado no dia 30/08/2010.

para difusão de significados entre as demais organizações e outras estruturas do que compõem o Fórum. Esta justificativa se baseia no argumento do construtivista das Relações Internacionais, Friedrich V. Kratochwil, que estabelece que “o mundo ao qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele” (NOGUEIRA *et al*, 2005, p.170). Para ele, a linguagem não reflete apenas a ação, mas é o fundamento da ação e, portanto, é a própria ação (Ibidem).

O *survey* foi dividido em três partes, não necessariamente analisadas na mesma ordem, no qual foram apresentadas questões acerca de: 1) Aspectos políticos organizacionais; 2) Aspectos acerca da forma de expressão de solidariedade⁵; 3) Percepção valorativa de uma globalização capitalista em contraposição a uma globalização do tipo contra hegemônica.

Para montar o questionário, parti da hipótese de que a *solidariedade* é um sentimento comum capaz de dar coesão a identidades coletivas em torno da luta contra hegemônica. Por isso, minhas questões foram voltadas a estabelecer que tipo de solidariedade estes movimentos compartilham e qual a sua diferença para outros tipos de solidariedade e outros movimentos de ação coletiva. Esta será nossa variável dependente nesse trabalho.

A percepção valorativa acerca de uma globalização capitalista contra uma *globalização contra hegemônica* ou por “um outro mundo possível”, foi oferecida como uma questão aberta aos entrevistados. Estes deveriam enumerar cinco valores que lhe viessem a cabeça que eles encontrariam tanto numa “globalização hegemônica, ou globalização capitalista”, quanto numa “globalização contra hegemônica ou globalização em um outro mundo possível”⁶. Foram apresentadas em duas questões separadas nesta mesma ordem em que estão descritas aqui. Estas questões foram pensadas como forma de se testar que valores são percebidos pelos agentes no processo de sua ação. Na tabulação, as palavras foram agrupadas de forma a medir a frequência de palavras comuns às respostas obtidas dos entrevistados e entrevistadas. Estes valores foram pensados principalmente por não se ter na literatura disponível, nenhuma tipologia de valores que comporiam a identidade coletiva entre movimentos sociais. Este trabalho, tampouco pretende estabelecer tal tipologia, mas as respostas destas questões, servirão temporariamente como base para sustentar a hipótese preliminar de que a *solidariedade* é um valor importante na construção de identidades coletivas entre movimentos sociais.

Nossas variáveis explicativas serão os aspectos políticos organizacionais. As questões que englobam essa seção são: 1) Idade da organização analisada; 2) País; 3) Tipo; 4) Número de membros; 5) Se possui personalidade jurídica; 6) Se possui um estatuto, regimento ou carta de

5 Em outro momento farei uma discussão acerca dos tipos de solidariedade propostos por Samira Kauchakje (2010).

6 Para saber mais sobre a diferenciação entre globalização hegemônica e contra hegemônica, ver SANTOS (2004 e 2005). Em SANTOS (2005) ver principalmente o debate acerca da *crise de governabilidade*.

princípios; 7) “Dimensão” de atuação política, cultural, social ou econômica.

O universo de entrevistados infelizmente é que foi limitado e que pode enfraquecer as conclusões geradas por esse trabalho. Meu método de abordagem dos entrevistados era convidá-los a responder o questionário logo após a sua apresentação no Fórum e acompanhar suas respostas, esclarecendo dúvidas e gravando sua interação com as questões que lhes eram apresentadas. Contudo, como eu era o único pesquisador realizando esse trabalho, as limitações físicas de não poder estar em mais de um lugar ao mesmo tempo não me permitiram coletar muitas respostas. Mesmo assim, acredito que as pessoas que foram entrevistadas são atores que tiveram grande destaque na construção do Fórum Social das Américas. Entre os entrevistados, por exemplo, estão Magui Balbuena (CONAMURI – Coordenação Nacional de Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas, membro do conselho facilitador FSA) e Rafael Freire Neto (Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas).

No total, foram 12 entrevistas realizadas, sendo 4 entre organizações brasileiras, 4 entre organizações paraguaias, 1 peruana, 1 chilena, 1 argentina e 1 boliviana. Destas, 3 organizações tem idades igual ou inferior a dois anos, 4 tem idade entre dois e dez anos e 5 tem idade maior que dez anos. Quanto ao seu tamanho, 4 são menores que cinquenta membros, 2 tem entre cinquenta e cento e vinte membros e 6 são maiores que cento e vinte membros.

É importante definir aqui que esse trabalho não pretende realizar generalizações acerca do Fórum Social das Américas com base nessas 12 organizações entrevistadas. Este trabalho, inclusive, mesmo fazendo referência por diversas vezes ao Fórum, pretende apontar caminhos para o estudo de identidades coletivas entre os movimentos sociais que estão atuando em torno de fóruns que se articulam para fazer frente a um modelo de globalização com o qual estes movimentos não concordam. No final das contas, esse trabalho pretende melhorar as hipóteses sugeridas para que estas sejam testadas em trabalhos futuros, com uma abrangência e diversidade de respostas maior.

A seguir, irei apresentar a minha justificativa para utilizar a *solidariedade* como minha variável dependente neste trabalho. Na última seção, tentarei relacionar tipos de *solidariedade* com as variáveis que definem os aspectos político organizacionais das entidades.

A solidariedade como variável dependente

A solidariedade é apresentada aqui como uma categoria importante para definição de identidades coletivas, bem como, uma das unidades mais importantes para motivar a ação coletiva. Sua importância decorre de dois argumentos, um teórico, externo a esta pesquisa, e outro empírico, resultado da própria coleta de dados que esse trabalho gerou.

Aspectos teóricos acerca da solidariedade

A justificativa de ordem teórica é apresentada pelos estudiosos dos novos movimentos sociais e pelas análises modernas acerca da ação coletiva. Autores como Alain Touraine e Alberto Melucci realizaram importantes diferenciações teóricas sobre as teorias da ação coletiva, desde suas correntes clássicas até estudos recentes, que foram discutidas em outro trabalho KONOPACKI (2010) e que não serão objetos de discussão neste momento.

Ao analisarmos os movimentos sociais inseridos na “cultura industrial”, percebe-se um privilégio das correntes teóricas deste período pela análise dos interesses econômicos e materiais em detrimento da reflexão moral e da solidariedade no interior dos movimentos revolucionários do final do século XIX (ALEXANDER, 1998; TOURAINÉ, 1988). A discussão em torno da redistribuição material dos recursos era o principal elemento formador de antagonismos sociais (PRADO, 2000) e que tinham no trabalho, e a apropriação dos resultados deste, o principal elemento de litígio estabelecido na luta de classes. A estrutura social, neste caso, recebia um grande peso analítico para a compreensão das ações de classes. As condições materiais eram um fator determinante nas análises realizadas acerca dos movimentos operários no século XIX e até meados do século XX, sendo a ideologia e a solidariedade vistos como simples estratégias para a mobilização de massas por alguns autores (ALEXANDER, 1998). Algumas correntes modernas das teorias de movimentos sociais se utilizam desta justificativa material/racional para criar seus modelos de análise, como é o caso da Teoria da Mobilização de Recursos. No entanto, por não considerar aspectos emocionais que movem os atores para ação coletiva, ela se tornará um pouco limitada para este trabalho⁷.

Alain Touraine procura discutir a transformação de alguns valores que moviam a ação política centrada em classes sociais e encontra na discussão da “crise dos valores industriais” o argumento central para oferecer um desenho de ruptura com o formato dicotômico da luta social. Para ele,

o aparecimento de novas contestações e a invenção de novos conjuntos de conhecimentos e de tecnologias precederam, frequentemente, de muito longe a crise da economia industrial do Ocidente. Na França, durante o período que vai do grande abalo cultural e social de maio de 68 à tomada de consciência do fim da grande expansão industrial, a mudança das ideias e sensibilidades foi mais visível do que a das lutas sociais e políticas, a ponto de se acreditar que a história era desejo e palavra e não mais trabalho e investimento, que a sociedade era um sistema de ordem, um mecanismo de sustentação das desigualdades e de transmissão de

7 Para discussões acerca da Teoria da Mobilização de Recursos ver GOHN (2007) e KONOPACKI (2010).

privilégios e não mais um modo de produção; enfim, que a luta pela direção da economia eram substituídas pela revolta dos excluídos”(TOURAINÉ,1988,p.19-20,grifo meu).

Nesta passagem, Touraine capta a discussão de novos elementos na luta social, que transcendem as relações materiais para incluir elementos que concernem a estrutura psicológica e emocional dos indivíduos. Entender as transformações deslocando os elementos materiais definidores da vida, para destacar o papel do “desejo e palavra” na transformação histórica, também permite a Touraine pensar que as disputas também se descolaram do plano da economia (que não deixa de ter relevância para estes autores, mas só uma posição diferente na escala de análise) para as mobilizações por disputa de significados. Os atores são aqueles que nem mesmo fazem parte do sistema econômico mundial, neste caso, *os excluídos*.

A atenção a estes fatores inevitavelmente deslocam nossa unidade de análise da *estrutura* para o *indivíduo*. O indivíduo não como definidor autônomo de sua ação, mas a significando a partir do compartilhamento de oportunidades, estratégias e emoções dentro de um campo de ação. Para Alberto Melucci “o significado do fenômeno varia, portanto, em função do sistema de relações sociais ao qual a ação faz referência, e da natureza do conflito” (MELUCCI, 2001, p.33). Isso, por si só, amplia a complexidade das análises sobre as lutas sociais, pois, necessariamente, precisa-se entender o significado que os atores dão a unidade de disputa em questão antes de compreender o fenômeno em si.

Sendo as estruturas determinadas não só pelas condições materiais disponíveis, mas também pelo significado que lhes são atribuídas (KONOPACKI, 2010), as disputas não podem ser entendidas simplesmente como um dado da natureza ou sintoma de uma crise material. “Uma crise provoca desintegração e induz reações que tendem a restabelecer o equilíbrio. Um conflito antagonista, ao contrário, manifesta uma oposição que diz respeito ao controle e à destinação de recursos cruciais” (MELUCCI, 2001, p. 34). Dessa forma, sugiro uma hipótese para continuar este raciocínio: Os movimentos sociais em torno do Fórum Social das Américas não são uma reação a um processo de crise, mas correspondem a constituição de um movimento antagonista de disputa de significados no sistema internacional. O que está em jogo não são só os recursos materiais mundiais, mas os significados que orientam a vida no mundo, apropriados por uma ordem político-ideológico que apregoa a “privatização”, a “mercantilização”, e a liberalização como regras fundamentais para uma nova ordem mundial a partir da década de 1970 (SANTOS, 2005, p.13). O Fórum Social Mundial (FSM) e suas ações descentralizadas, como o Fórum Social das Américas (FSA), procuram oferecer um espaço para que se discutam alternativas civilizacionais, muito mais do que uma redistribuição material dos produtos do capitalismo mundial (SANTOS, 2004).

Para entender como os movimentos sociais estabelecem agendas comuns de ação dentro do espaço do FSA, ainda é necessário responder a questão de como é possível o estabelecimento de relações sociais num espaço tão diverso que comporta movimento sindical, ambientalista, feminista, camponês, dentre outros. O significado da disputa e das estruturas que o compõe, sendo construído no sistema de relações sociais, precisa ter elementos comuns que permitam aos atores “entrarem em contato”. Neste caso, percebo duas dimensões para isto ser possível, uma de ordem material e outra de ordem ideal/emocional. A de ordem material, são apresentadas por vários teóricos das relações internacionais e das ciências sociais como a revolução dos meios de comunicação e de transporte a partir da década de 1970 que tiveram impactos significativos nas formas das relações sociais (CASTELLS, 2002; KEOHANE et al, 1977; MERLE, 1981;TOURAINÉ,1988).

A de ordem ideal/emocional está ligada a construção de um sentimento que seja comum a todos os movimentos e que lhes façam perceber uns aos outros como comuns. Conforme define Melucci, “um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. (...) Alguns fenômenos coletivos implicam solidariedade, isto é, a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como *parte da mesma unidade social*.” (MELUCCI, 2001, p.35, grifo meu).

Mas se a solidariedade é o elemento que faz com que os indivíduos se reconheçam como *uma mesma unidade social*, ela por si só não pode explicar porque, especificamente estes movimentos sociais, mobilizam-se coletivamente em torno do FSA. Ela só poderá ser uma explicação se for possível definir um *tipo específico de solidariedade* percebido pelos atores envolvidos neste processo.

Aspectos empíricos acerca da solidariedade

No questionário montado para esta pesquisa, foi estabelecida uma área aqui definida como “percepção valorativa de uma globalização capitalista em contraposição a uma globalização do tipo contra hegemônica”. Esta área foi apresentada através de duas questões. Na primeira, o entrevistado, ou entrevistada, descrevia valores que seriam encontrados no processo chamado “globalização hegemônica” ou “globalização capitalista”. Na segunda questão, o entrevistado, ou a entrevistada, descreviam valores que seriam encontrados no processo chamado “globalização contra hegemônica” ou “globalização por um mundo possível”. Na tabulação dos dados, todos os comentários e palavras citadas foram sistematizadas para buscar uma frequência em cada um dos termos. Dentre as palavras mais citadas individualmente entre os valores que definiriam a “globalização capitalista” ou “globalização hegemônica”, a palavra que apareceu mais foi *individualismo*, com cinco ocorrências, enquanto *solidariedade*, com seis ocorrências, foi a palavra

mais citada para uma “globalização contra hegemônica” ou “globalização para um outro mundo possível”. Mesmo estas sendo as palavras individualmente com mais ocorrências, os entrevistados que não as citavam, apresentavam outras expressões que se aproximavam ao significado destas palavras (i.e. Para globalização capitalista apareceram expressões como “concentração de poder”, “especialização” e para globalização contra hegemônica “solidariedade e mercado justo”, “partilha”, “família”). Porém, para estas relações seriam necessárias discussões etimológicas e conceituais que poderão ser realizadas em outros trabalhos. Aqui, utilizarei os conceitos que apareceram de forma pura e que podem ser facilmente verificáveis.

A presença da palavra *solidariedade* de forma antagônica a *individualismo* nas entrevistas, aponta que a *solidariedade* é um valor percebido pelos agentes que atuam na luta por uma “outra globalização”. Essa percepção deve ser ressaltada, pois ela pode apontar como os agentes percebem a construção da ação coletiva e, principalmente, pode relevar a motivação destes agentes para sua ação. Ao mesmo tempo, é preciso ter cuidado com conclusões precipitadas apontando a *solidariedade* entre os agentes como único elemento motivador para sua ação. Para além disso, é preciso destacar que essa foi uma manifestação espontânea e imediata, mas só análises qualitativas em profundidade poderiam testar essa hipótese. De forma provisória, será tomada a hipótese de que a *solidariedade* percebida pelos agentes é um importante fator para constituir a sua identidade coletiva. Mas qual o tipo específico de *solidariedade* entre esses grupos?

Tipos de solidariedade

Para estabelecer uma tipologia da *solidariedade* buscarei no trabalho de Samira Kauchakje (2010) uma definição que esta autora reuniu a partir da leitura de Robert Putnam, Pierre Bourdieu, dentre outros autores. A própria autora alerta que essa não é uma tipologia definitiva, mas servirá como estrutura temporária para esta análise. Talvez, com o aprofundamento das pesquisas sobre o tema das solidariedades entre os movimentos sociais de luta por uma “globalização contra hegemônica”, sejam percebidos elementos que possam formar um tipo específico de solidariedade compartilhado entre esses agentes.

Em seu trabalho, Kauchakje identifica os seguintes tipos de solidariedade: 1) Solidariedade civil-pública; 2) Solidariedade cívica; 3) Solidariedade inter-estatal; 4) Solidariedade cosmopolita; 5) Solidariedade filantrópica (e dentro dela a solidariedade clientelística); 6) Solidariedade do tipo “familismo amoral” (KAUCHAKJE, 2010). A autora percebe que os elementos característicos de cada tipo permitem fusioná-los em dois grandes tipos: solidariedade política e solidariedade da dádiva (Ibid), sendo que o primeiro seria composto pelas solidariedades civil-pública, cívica, inter-estatal, cosmopolita, enquanto a solidariedade da dádiva composta pelas solidariedades filantrópica-

clientelista e do “familismo amoral” (Ibid).

O questionário aplicado aos agentes organizacionais do Fórum Social das Américas foi pensado de forma a perceber características referentes a cada tipo sugerido por Kauchakje (2010). A próxima seção apresentará os resultados referentes a variável dependente aqui proposta e discutirá suas relações com as variáveis explicativas inerentes aos aspectos político organizacionais dos agentes organizacionais entrevistados.

Os tipos de solidariedade manifestados nesta pesquisa

Os 12 agentes organizacionais que responderam ao questionário durante o IV Fórum Social das Américas, e objetos deste estudo, apresentaram certos padrões nas suas respostas, o que me leva a crer que existe uma tendência a um certo tipo de solidariedade. Quando perguntados acerca do papel do Estado como garantidor dos direitos humanos fundamentais definidos como acesso a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a previdência, a assistência social, a segurança alimentar e a transferência de renda, todos responderam que é papel do Estado garantir esses direitos a todas as pessoas. As demais respostas, permitiam ao entrevistado concordar em partes (o Estado deve garantir apenas alguns direitos), discordar em partes (o Estado deve garantir direitos somente a aqueles que não conseguem se mobilizar para conquistá-los), ou então discordar totalmente (não é papel do Estado garantir esses direitos).

A outra questão que recebeu a mesma resposta pelos 12 entrevistados foi se os direitos sociais deveriam ser garantidos para todos e todas independentemente de nacionalidade, religião, etnia ou gênero. Todas as respostas apontaram que sim, que todos os direitos devem ser garantidos independentemente destas categorias. As outras opções davam a oportunidade do entrevistado, ou entrevistada, concordar em partes (primeiro os direitos devem ser garantidos para o meu grupo ou país, para depois garantir estes direitos aos demais grupos), ou então discordar plenamente.

A primeira questão, procurava medir o componente de uma solidariedade de tipo “civil-pública”, na qual o “as atividades e prestações sociais são, predominantemente, de provisão estatal, direcionadas pela legislação social com o registro dos direitos e da impessoalidade de cidadania” (KAUCHAKJE, 2010). Enquanto a segunda, procurava medir o componente de uma solidariedade de tipo “cosmopolita”, na qual “se manifestam compromissos com o direito internacional dos direitos humanos. Essa solidariedade transcende as comunidades políticas territorialmente delimitadas, o que significa a admissão de normas, intervenções e sanções internacionais em relação ao respeito e à responsabilidade com as dimensões civil, política, social e ambiental dos direitos humanos” (Ibid). Esta segunda questão, também versava sobre o tipo de solidariedade “familismo amoral”, a qual “orienta ações particularistas e restritiva aos laços e redes pessoais (territoriais ou

não) e defensivas (de desconfiança dos que estão fora do círculo de fidelidade pessoal)” (Ibid).

As diferenciações ficaram para as questões 12, 14 e 15. Mesmo apresentando diferentes formas de responder, suas diferenças foram sutis. A pergunta 12 versava sobre a percepção do papel dos movimentos sociais na transformação e garantia de direitos sociais. Nove entrevistados, ou entrevistadas, apontaram que os movimentos sociais tem papel fundamental na transformação e garantia dos direitos sociais, enquanto três afirmaram que concordam em partes. Esta questão, procuram medir o componente de uma solidariedade “cívica”, na qual os atores “se expressam no associativismo, mas sendo sujeitos de direitos e não de práticas caritativas” (Ibid). Mesmo não tendo todas as respostas colocando os movimentos sociais como fundamentais para transformação e garantia de direitos, tampouco se pode afirmar que este tipo de solidariedade não está presente entre os agentes que concordam em partes com relação a esta questão. Se aparecessem respostas discordando, talvez essa variação fosse relevante. Dessa forma, o ponto médio da resposta foi atraído pelo número de respostas majoritariamente concordando na centralidade do papel dos movimentos sociais na transformação e garantia dos direitos sociais.

Quando os agentes foram questionados se só as instituições filantrópicas podem garantir os direitos fundamentais, sendo a doação das pessoas que atuam nessas organizações a verdadeira expressão do altruísmo, sete agentes responderam que discordam totalmente, cinco que discordam em partes e nenhum concordou. Essa foi a questão que teve o maior número de respostas no ponto médio. Mesmo assim, estas não superaram o número de respostas que discordam desta afirmação. Esta questão, procurava medir o componente de uma solidariedade de tipo “filantrópica”, que tem “um caráter caritativo e de donativos e, geralmente, se concretiza em ações voltadas para pessoas empobrecidas, em situação de indigência ou discriminação” (KAUCHAKJE, 2010). Esta maior frequência de respostas no ponto médio, pode ser explicada de duas maneiras. Ou os agentes acreditam que as obras de caridade podem cumprir parte do papel na garantia de direitos fundamentais, ou, a explicação que me parece mais provável é a de que, estes agentes têm algum tipo de dificuldade em negar esse trabalho como eficiente para a garantia de direitos sociais, pela relação emocional que estes têm com a filantropia e a doação pessoal para ajudar pessoas carentes e excluídas. Para fugir desta discussão, optaram pelo ponto médio da questão. Esta variável poderia ser verificada utilizando-se de técnicas que validem essas respostas no plano quantitativo, ou talvez qualitativamente através de entrevistas em profundidade para poder verificar se realmente a solidariedade filantrópica é negada por esses grupos.

Por último, resta analisar a questão acerca da possibilidade das recompensas materiais que um agente organizacional poderia receber pela sua atuação. Nenhum percebeu como fundamental, quatro agentes responderam que não veem problema em receber recompensas, seis não veem

problema se esta vier de um parceiro e dois veem como um problema. Esta questão procurava medir o componente de uma solidariedade de tipo “filantrópica” e/ou uma solidariedade “filantrópica clientelista”, na qual os agentes só agiriam solidariamente se pudessem almejar recompensas através de sua atuação. Esta foi a questão que ficou mais dispersa na amostra. Por hora, será possível a conclusão geral que as recompensas materiais pela atuação do agente organizacional não são vistas como fundamentais, mas também não são tidas como um problema. Ao se analisar o extremo da amostra (não vê como um problema vindo de um parceiro e os que veem como um problema), contudo, percebe-se que estas recompensas são observadas com cuidado por parte dos agentes, talvez visando sua autonomia frente a provedores externos de recursos.

De maneira geral, constata-se nessa amostra de 12 agentes organizacionais, que o tipo de solidariedade manifestado é de uma solidariedade política e não da dádiva, o que já oferece um ponto importante para o avanço desses estudos. Este trabalho, pode sugerir hipóteses para trabalhos futuros, nas quais se procure verificar se a solidariedade destes agentes são políticas, e de qual dos subtipos apresentados por Kauchakje estes agentes mais se aproximam. Infelizmente, a análise sugerida por este trabalho não pode tirar essas conclusões devido ao tamanho reduzido da amostra e, também, pela forma na qual a análise foi realizada. Talvez o trabalho com uma amostra maior e mais distribuída desse público possa apresentar resultados mais satisfatórios. Um outra opção, seria trabalhar a análise qualitativa destes aspectos procurando aprofundar essas questões.

A solidariedade na formação identitária dos agentes organizacionais

Conforme apresentado em outro trabalho (KONOPACKI, 2010), o agente organizacional possui quatro dimensões identitárias: 1) Organizacional; 2) Tipo; 3) Papel e 4) Coletiva. As dimensões se articulam entre si, determinam-se mutuamente e são construídas pelo agente durante suas relações sociais. Por isso, para que este trabalho fosse completo no sentido de entender o real papel da solidariedade na formação identitária do agente, seria necessário que as quatro dimensões fossem pensadas de forma construídas.

Os aspectos políticos organizacionais levantados no questionário, teriam condições de apontar a constituição de algumas destas dimensões. Porém, ao tentar fazer esse exercício com os dados dispostos, percebi que qualquer aproximação neste sentido com esta amostra, seria incorrer em erros que poderiam depreciar os bons resultados atingidos nas discussões até agora.

Mesmo assim, continuo sustentando as variáveis político organizacionais como minhas variáveis explicativas para este trabalho, mas admitindo que seria necessária uma amostra bem maior para que variações quantitativas pudessem ser percebidas e, assim, poder relacionar formas, tamanhos, tipos e idade dos agentes organizacionais com o tipo de solidariedade, ou tipos,

percebidos por estas organizações. Conforme minha demonstração em trabalho anterior (KONOPACKI, 2010), os princípios estatutários e/ou as regras que regem a organização serão formadores da identidade organizacional; a dimensão da organização e, mais especificamente, da forma organizacional dos agentes, será determinante na identidade por tipo; a percepção da sua posição na construção da ação coletiva, será determinante para constituição da identidade por papel; e a hipótese lançada por este trabalho é a de que a solidariedade é o sentimento determinante da identidade coletiva destes agentes.

A identidade organizacional e a identidade por tipo, mesmo que não podendo ser determinadas pelos resultados desta pesquisa, podem ser verificáveis pelas respostas apresentadas. Mesmo que só sete agentes sejam juridicamente institucionalizados, onze possuem um estatuto, carta de princípio o regimento de suas atividades. Isso indica que estes agentes possuem uma identidade organizacional, mesmo que não sejam juridicamente institucionalizados. O único agente que não respondeu ter algum desses elementos, foi o representante dos Conselhos Eclesiais de Base (entidade ligada a igreja católica no Brasil). Mesmo assim, acredito que eles tenham algum cânone ou código interno que lhes permitam identificarem-se como comuns numa organização.

Sobre a identidade por tipo, foram apresentados aos entrevistados alguns tipos de organização pré-definidos, sugeridos por uma tipologia própria construída pelo escritório do Fórum Social Mundial. A partir desta definição, uma organização se declarou como entidade religiosa / ecumênica, três se identificaram como movimentos sociais, três como ONG, uma como rede / coalização / campanha / fórum, duas como organização sindical, e duas como de outros tipos. A forma organizacional contribui para formação identitária destes agentes e, mesmo que esta amostra não permita relacionar como esta amostra impacta nos outros elementos identitários, como a identidade coletiva e a percepção sobre a solidariedade, é importante ter em mente esta categoria em trabalhos futuros nos quais a amostra permita esse tipo de comparação.

A identidade coletiva será construída composta pelo tipo de solidariedade percebido pelos agentes formando uma *unidade social* conforme o conceito de Alberto Melucci (2001). Essa unidade social, pode ser o ambiente necessário para a formação de preferências e desejos comuns que motivariam a ação coletiva desses agentes.

A solidariedade como componente na formação da identidade do agente organizacional, deve ser compreendida em diálogo com as demais dimensões identitárias e não como um mero dado da natureza ou atributo inerente aos agentes que a compartilham. A própria percepção sobre a solidariedade é uma categoria construída pelos agentes, e que será influenciada pelos demais aspectos identitários, sendo também resultados de uma construção em interação com outros agentes e as estruturas do meio em que estes agentes transitam. Por isso a importância tão grande em se

ampliar a amostra para analisar de forma mais conclusiva os tipos de solidariedade, operando o diálogo com as demais dimensões identitárias. A identidade compreende duas percepções distintas: a do *Self* (o próprio agente) e dos *Others* (os demais agentes) (KONOPACKI, 2010; WENDT, 1999), com a ampliação da amostra, essa diferença de significados acerca da determinação identitária poderia ser percebida, pois poderiam ser comparados aspectos entre agentes de mesmo tipo, ou de tipos distintos. Com a percepção, ou não, destas diferenças, poderia se analisar o impacto acerca da solidariedade e a identidade coletiva construída entre os agentes.

Considerações finais

Mesmo não tendo insumos suficientes para conclusões definitivas acerca do processo específico do Fórum Social das Américas, esta pesquisa sugeriu caminhos para operacionalizar o estudo sobre a formação identitária de movimentos sociais em torno de fóruns “por outro mundo possível”, que são as atividades descentralizadas do, e do próprio, Fórum Social Mundial.

No decorrer do trabalho, percebeu-se que a amostra apresentada não oferecia base empírica suficiente para qualquer conclusão generalizante acerca do Fórum Social das Américas. Contudo, o exercício sobre a amostra existente, apresentou métodos possíveis para aprofundar os estudos acerca da formação de identidades em torno do FSA. A pesquisa qualitativa em profundidade com os entrevistados pode ser uma ferramenta para revelar aspectos que o questionário objetivo não revelou.

Uma outra sugestão interessante de pesquisa, seria aplicar o mesmo estudo de tipos de solidariedade a grupos de articulados para ação coletiva, que ofereçam casos antagônicos ao dos movimentos sociais em torno do Fórum Social das Américas. Um exemplo, seriam as redes de filantropia ou as redes de “responsabilidade social” ligadas a ações empresariais. Analisar as formas de ação coletiva em perspectiva comparada podem sugerir entendimentos mais claros sobre como a percepção de solidariedade dos agentes organizacionais podem influenciar seus aspectos político organizacionais ou vice-versa.

Referências

1. ALEXANDER, Jeffrey C. *Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 13, n. 37, Junho 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 30 de Agosto 2010.
2. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo. Paz e Terra, 2002.
3. GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo. Edições Loyola, 2007.
4. KAUCHAKJE, Samira. *Solidariedade e Expressão Jurídica: Valores de Vereadores sobre Direitos Sociais*. 7º Encontro da ABCP. Anais. Recife, 2010.
5. KEOHANE, R.; NYE, J. *Power and Interdependence*. Boston: Little Brown, 1977.
6. KONOPACKI, Marco A. *A formação de identidades entre movimentos sociais internacionais. Uma adaptação do modelo de “corporate agency” proposto por Alexander Wendt*. II Seminário Nacional Sociologia & Política. Artigo será apresentado durante a sessão 3 do GT de Política Internacional no dia 17/09/2010 entre às 14h e 17h. Curitiba, 2010.
7. MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis. Editora Vozes, 2001.
8. MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília. Editora UNB, 1981.
9. NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Elsevier Editora, 2005.
10. PRADO, Marco Aurélio M. *Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”*. Revista de Psicologia Política. Jul. 2002, p. 149-172.
11. SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, número 72. Lisboa, 2005, p.7-44.
12. _____. *The World Social Forum: A User's Manual*. Madison, 2004. Disponível em http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm_eng.pdf no dia 21/08/2010.
13. TOURAINE, Alain. *O Pós-Socialismo*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1988.
14. WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.